



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 12/07/18

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Francisco Paulo

para relatar.

Em 16/07/18

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 34, DE 03 DE JULHO DE 2018 – PROCESSO Nº 17647/2018 – MENSAGEM Nº 43/GG

EMENTA: “Autoriza o Poder Executivo a proceder à Cessão de Uso de Imóvel, Escola Estadual Deputado João Pinto, situada na esquina da Rua Antonieta Reis Veloso com a Rua José Querino, no Bairro Coqueiro, no município de Luís Correia, pertencente ao patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, para instalação do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia – UFPI.”

AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

RELATOR: DEP. FIRMINO PAULO (PP).

I – RELATÓRIO

Foi enviada a esta Assembleia Legislativa a Mensagem nº 43/GG que traz anexado consigo o Projeto de Lei Ordinária do Governo nº34, de 03 de julho de 2018, de autoria do chefe do Poder Executivo estadual para regular tramitação.

A proposição foi encaminhada a esta relatoria da Comissão de Constituição e Justiça nos termos do art. 47, VI e art. 133, I c/c art. 34, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, para emissão de parecer, em observância ao que preceitua os arts. 137 a 139 da mesma norma, quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa do Projeto de Lei na forma apresentada.

Observamos que a proposição faz parte do processo legislativo nos moldes do art. 59, III, da Constituição Federal c/c os arts. 73, III, da Constituição do Estado do Piauí e 96, I, “b”, do Regimento Interno, podendo ser proposta por iniciativa do Governador do Estado, com base no art. 75, *caput*, da Constituição Estadual c/c o art. 105, III, do Regimento, obedecendo todos os trâmites normais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária do Governo que autoriza o Poder Executivo a proceder à cessão de uso de imóvel pertencente ao patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, Escola Estadual Deputado João Pinto, situada na esquina da Rua Antonieta Reis Veloso com a Rua José Querino, no Bairro Coqueiro, no município de Luís Correia, para a Universidade Federal do Piauí – UFPI, campus Ministro Reis Veloso, localizado na cidade de Parnaíba, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Segundo a Mensagem do Executivo estadual, essa matéria foi objeto do Indicativo de Projeto de Lei nº 09/2017, de autoria do deputado Dr. Hélio, devidamente aprovado nessa Casa Legislativa. Afirma também que, com a aprovação da proposição, o referido imóvel irá servir de instalação para o funcionamento do curso de Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Tal matéria está disciplinada no art. 18, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí, que dispõe acerca dos bens imóveis do Estado e suas entidades da administração indireta:

“Art. 18. (...)

§ 1º Os bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita por terceiros, **salvo** nos casos de assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou **se o beneficiário for órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera federativa, sempre mediante autorização legislativa, na forma prevista no inciso II do caput.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31 de 27.09.11) (Grifo nosso)

Considerando a natureza jurídica da Universidade Federal do Piauí - UFPI, o caso em tela enquadra-se em uma das exceções previstas no dispositivo acima transcrito, precisando apenas de autorização legislativa para a concretização da cessão de uso do imóvel.

Portanto, concluímos que não existem impedimentos de ordem constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual votamos pela sua **aprovação**.

FS/PD



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

- () pelo acatamento do voto do relator, apurado através dos votos dos deputados membros desta Comissão, presentes à reunião;
- () pela rejeição do voto do relator, apurada através dos votos dos deputados membros desta Comissão, presentes à reunião.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 16 de julho de 2018.


Dep. Firmino Paulo
Relator











